

Lara defende emissão

Linda Pública

4/4/86, SEXTA-FEIRA • 9

de CZ\$ 65 bilhões

O diretor da dívida pública do Banco Central, André Lara Rezende, em debate, ontem, na CPI do Sistema Bancário da Câmara dos Deputados, afirmou que "só monetaristas incompetentes" vão criticar o governo pela emissão de CZ\$ 65 bilhões de papel-moeda, que será votada na reunião de hoje do Conselho Monetário Nacional (CMN). "Tenho certeza que Milton Friedman (a principal figura da escola monetarista de Chicago-EUA) não nos criticaria, porque ele é competente" — ironizou Rezende. Ele afirmou que a emissão de cruzados nesse montante vai triplicar a base monetária, que "não terá reflexos inflacionários", porque o governo está com suas contas saneadas.

Já o diretor do Mercado de Capitais do Banco Central, Luiz Carlos Mendonça de Barros, garantiu que a medida — que será remetida para aprovação do Congresso Nacional — contribuirá para a redução das taxas de juros, na medida em que o mercado está exigindo uma maior oferta de dinheiro, porque o público, na expectativa de uma inflação baixa, está retendo dinheiro no bolso, deixando o meio circulante com carência de recursos para financiamentos ao consumo e às empresas.

Depois de dizer que Friedman não ficaria "assustado" com a emissão adicional de moeda que o governo irá fazer, ao longo deste ano, Lara Resende assegurou que a expansão de papel-moeda só causa inflação se ela for maior que a demanda, acrescentando que, de agora para frente, haverá que se cuidar bastante desse assunto. Mendonça de Barros, por sua vez, informou que parte dos recursos emitidos se destinará à amortização da dívida pública (através da compra de antigas ORTN em poder do mercado financeiro) e da conversão dos dólares da reserva internacional em cruzados, para o pagamento dos exportadores. "O superávit da balança comercial está aumentando", comentou Barros. Com os CZ\$ 65 bilhões, "o governo fará o processo de remonetização da economia", disse, por sua vez, Lara Rezende.

E continuou explicando: "Durante a estabilização dos preços, há uma brusca retenção de moeda e o governo se vê na obrigação de emitir para substituição". Ele disse também que em 15 dias (datas

que ele não mencionou), registrou-se uma elevação de CZ\$ 8 bilhões na base monetária (depósitos na rede bancária), que estabilizou-se em seguida e agora voltou a crescer lentamente. "Nós decidimos triplicar a base por intuição, não por estimativas", ressaltando que a emissão de dinheiro naquele montante será feita ao longo do exercício, não de uma só vez, e que terá o mérito de impedir a elevação das taxas de juros.

Ao falar, em companhia de Lara Rezende na CPI bancária da Câmara, ontem, Mendonça de Barros defendeu o não tabelamento das taxas de juros, por considerar que o custo do dinheiro funciona como um elemento "sinalizador" do comportamento da economia, "e o governo não poderia perder esse instrumento". Além do mais, afirmou que tabelar os juros em seu nível mais baixo — como defendia o jornalista José Carlos de Assis, um dos debatedores convidados — seria estimular o acúmulo de estoques por parte das empresas, causando também a especulação no desvio de dinheiro para a compra de bens de consumo duráveis, além de imóveis. Mendonça lembrou que, antes do "pacote" econômico, existia um bolo de CZ\$ 1 trilhão de poupança voluntária no País. Com o plano de estabilização, segundo ele, "os agentes econômicos ficaram sem saber o que fazer com esse bolo". "Já temos a indicação do que vai acontecer na evolução desse bolo. Por isso, é preciso muito cuidado com a administração das taxas de juros". O diretor de Mercado de Capitais do Banco Central acrescentou que esse "movimento de acomodação" está causando inicialmente a elevação dos depósitos à vista nos bancos e a fuga de dinheiro da caderneta de poupança. "A Caixa Econômica Federal perdeu CZ\$ 5 bilhões em saques da poupança, mas observou que parte desse recursos caíram nos depósitos à vista".

"Certamente, esse bolo de poupança significava a renúncia ao consumo, e esse dinheiro agora se encaminhará para o setor produtivo", disse Mendonça de Barros. Lembrou ainda que no regime de economia indexada (com a correção monetária) o Brasil atingiu a mais alta velocidade.